

## Câmara Municipal de Guarapari Estado do Espírito Santo

### PROJETO DE LEI Nº 192, DE 2025

(Do Exmo. Prefeito Municipal)

#### **EMENDA ADITIVA/MODIFICATIVA Nº XX/2025**

Dê-se ao parágrafo único do art. 9º do projeto a seguinte redação:

"Art. 9°, parágrafo únicoº: Caberá ao Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Orçamentário, em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, após autorização legislativa, anuir a abertura dos referidos créditos por meio de Decreto."

Sala das Sessões. 18 de novembro de 2025.

### TAINÁ COUTINHO GUIMARÃES DOS SANTOS

Vereadora de Guarapari



# Câmara Municipal de Guarapari Estado do Espírito Santo

#### I – DA JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por finalidade alinhar o texto legal à exigência constitucional de controle legislativo prévio na abertura de créditos adicionais, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição Federal de 1988, que estabelece ser vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.

A redação original do parágrafo único do art. 9º conferia à Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Orçamentário – SEMGPO, em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, a competência para autorizar a abertura de créditos adicionais, condicionada apenas à oitiva do Secretário de Fazenda.

No entanto, tal formulação poderia ensejar interpretações que afastassem a necessária autorização da Câmara Municipal, o que afrontaria o princípio da legalidade orçamentária.

Com isso, a nova redação assegura a exigência de autorização legislativa prévia, em consonância com o art. 167, V, da CF/88, mantém a competência do Executivo para formalizar a abertura dos créditos via decreto, conforme a sistemática orçamentária nacional e Permite que o Secretário Municipal atue como agente coadjuvante na prática do ato, em um contexto de gestão administrativa interna, o que não contraria as normas constitucionais.

Em suma, a emenda visa **reforçar a legalidade, o controle legislativo e a transparência no processo de abertura de créditos adicionais**, sem prejuízo à autonomia administrativa do Poder Executivo Municipal.